



HTB Engenharia e Construção S.A.

CNPJ nº 61.037.537/0001-10

Uma empresa do Grupo HTB



Nossas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais							
A T I V O	Nota	2025	2024	P A S S I V O	Nota	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	107.963	83.271	Empréstimos e financiamentos	12	-	5.000
Contas a receber	5	59.991	93.422	Fornecedores e subempreiteiros	13	28.595	27.664
Impostos a recuperar	6	8.762	5.528	Adiantamento de clientes	14	131.651	34.834
Outros créditos	8	26.225	21.177	Impostos e contribuições a recolher	15	4.277	8.457
Partes relacionadas	9	54.024	17.237	Obrigações trabalhistas e sociais	16	26.357	36.283
Total do ativo circulante		256.965	220.636	Provisões gerais	17	51.387	42.252
Não circulante				Obrigações com consórcios		81	133
Realizável a longo prazo				Passivo de arrendamento	18	4.613	3.988
Depósitos judiciais	17	1.683	1.923	Outras contas a pagar	19	2.020	27.218
Outras contas a receber	10	3.252	3.252	Dividendos a pagar	20b	2.409	7.989
Partes relacionadas LP	9	1.055	1.055	Total do passivo circulante		251.390	193.819
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	45.735	44.214	Não circulante			
Impostos a recuperar LP	6	4.950	-	Provisões gerais LP	17	10.397	9.845
		56.675	50.445	Passivo de arrendamento LP	18	5.047	9.202
				Total do passivo não circulante		15.444	19.046
Imobilizado líquido	11	12.409	17.234	Patrimônio líquido			
		12.409	17.234	Capital social	20a	49.799	49.799
Total do ativo não circulante		69.083	67.678	Reserva de lucros		9.415	25.649
Total do ativo		326.048	288.314	Total do patrimônio líquido		59.214	75.448
				Total do passivo e patrimônio líquido		326.048	288.314

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	60.923	5.720	42.911	-	109.554
Aumento de capital	5.720	(5.720)	-	-	-
Redução do capital	(16.844)	-	-	-	(16.844)
Distribuição de lucro	-	-	(42.911)	-	(42.911)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	33.639	33.639
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(7.989)	(7.989)
Reservas de lucros	-	1.682	23.967	(25.650)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	49.799	1.682	23.967	-	75.448
Distribuição de lucro	-	-	(23.967)	-	(23.967)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.142	10.142
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.409)	(2.409)
Reservas de lucros	-	507	7.226	(7.733)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	49.799	2.189	7.226	-	59.214

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HTB Engenharia e Construção S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de agosto de 1966, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 145, Vila Cruzeiro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem por objeto social o gerenciamento e a execução de obras no setor de engenharia e construção civil, atuando predominantemente como construtora nos segmentos de edificações, industrial e infraestrutura.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e, quando aplicável, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras também estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de março de 2026. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, sendo revisadas periodicamente. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Receita de contratos de construções: A receita é reconhecida em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Os contratos de construção celebrados pela Companhia representam, substancialmente, uma única obrigação de desempenho, satisfeita ao longo do tempo. A receita é reconhecida à medida que o controle do ativo é transferido ao cliente, utilizando o método do percentual de conclusão (POC), com base nos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato (método de input). Variações contratuais são incluídas na receita quando é altamente provável que não ocorrerá reversão significativa dos valores reconhecidos. Quando os custos totais estimados excedem a receita contratada, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, conforme CPC 25 - Provisões. Ativos de contrato representam receitas reconhecidas ainda não faturadas, e passivos de contrato correspondem a valores recebidos antecipadamente ou faturados antes da execução dos serviços. A aplicação do CPC 47 envolve julgamentos significativos, especialmente na estimativa dos custos totais dos contratos e na mensuração do progresso das obras. **Contratos firmados como Preço Máximo Garantido ("PMG") e Contratos por Empreitada:** Nos contratos firmados sob a modalidade de Preço Máximo Garantido ("PMG"), a Companhia assume a execução do projeto até um limite máximo de preço previamente estabelecido contratualmente, absorvendo eventuais excedentes de custo que ultrapassem esse limite, salvo quando decorrentes de alterações aprovadas pelo cliente. Nessas situações, as economias apuradas podem ser compartilhadas com o cliente, conforme condições contratuais específicas. Nos contratos por empreitada, a Companhia assume a obrigação de entregar a obra por preço previamente acordado, sendo responsável pelos riscos relacionados à execução e aos custos do projeto. A receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base no método da porcentagem de conclusão (Percentage of Completion - "POC"), o qual reflete o estágio de execução do projeto na data-base das demonstrações financeiras. O progresso é mensurado, substancialmente, com base na relação entre os custos incorridos e os custos totais estimados do contrato, por representar a melhor estimativa da transferência de controle dos serviços ao cliente. Os custos diretamente atribuíveis aos contratos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Quando os custos incorridos excedem a receita estimada total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, nos termos da política de contratos onerosos. **Contratos em Regime de Administração:** Nos contratos em regime de administração, a Companhia é remunerada pelo reembolso dos custos incorridos na execução da obra, acrescidos de taxa de administração ou remuneração fixa contratualmente estabelecida. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base nos custos incorridos até a data-base das demonstrações financeiras, por refletirem adequadamente o progresso na prestação dos serviços. Quando a Companhia atua como agente na aquisição de materiais e na contratação de serviços de terceiros, a receita é reconhecida de forma líquida, limitada à remuneração contratual, uma vez que a Companhia não obtém o controle dos bens ou serviços antes de sua transferência ao cliente, nos termos do CPC 47 - Receita de contrato com cliente. **Contratos de Serviços de Gerenciamento:** Nos contratos de serviços de gerenciamento, a receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base nas medições dos serviços executados na data-base das demonstrações financeiras. Quando o desfecho do contrato não pode ser estimado com confiabilidade, a receita é reconhecida até o limite dos custos incorridos cuja recuperação seja considerada provável. Se houver evidência de que os custos totais estimados excederão a contraprestação total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, como provisão para contrato oneroso, nos termos da política aplicável. Os valores recebidos antecipadamente são registrados no passivo como adiantamentos de clientes. Os valores relativos a serviços executados e ainda não faturados ou recebidos são reconhecidos como ativos contratuais ou contas a receber, conforme aplicável. **3.2. Contas a receber e provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa:** As contas a receber decorrem, principalmente, de contratos de construção e estão registradas pelo valor de realização. Compreendem valores faturados e a faturar na data-base, reconhecidos conforme o progresso físico ou financeiro das obras, nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Quando aplicável, os saldos são ajustados a valor presente. A provisão para perdas esperadas de crédito é constituída conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, com base na análise do histó-

rico de inadimplência, na avaliação individual de créditos relevantes e nas condições econômicas vigentes, refletindo as perdas estimadas ao longo da vida dos créditos. **3.3. Adiantamentos de clientes:** Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos antecipadamente no âmbito de contratos de construção firmados pela Empresa, para os quais a correspondente obrigação de desempenho ainda não foi integralmente satisfeita na data-base. Nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tais valores são classificados como passivos contratuais, representando a obrigação da Empresa de transferir bens ou serviços futuros aos clientes. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é cumprida, normalmente com base no progresso físico ou financeiro das obras, conforme previsto contratualmente. Os adiantamentos recebidos são apropriados à receita na proporção da execução dos contratos, podendo incluir valores referentes a mobilização inicial, sinal contratual, medições antecipadas ou cláusulas específicas de financiamento contratual. Os saldos estão classificados no passivo circulante, exceto quando a expectativa de realização da obrigação contratual ocorrer após 12 meses da data do balanço, hipótese em que são apresentados no passivo não circulante. **3.4. Imobilizado líquido:** O imobilizado é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição ou construção, conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment), nos termos do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e os custos necessários para colocá-lo em condições operacionais para o uso pretendido pela Administração. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos ativos, refletindo o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, quando aplicável. A Administração avalia, ao final de cada exercício, a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos. Não tendo sido identificadas evidências que indiquem necessidade de reconhecimento de impairment nos exercícios apresentados.

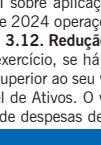
Operações de Arrendamento Mercantil: A Companhia aplica o CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Na data de início de um contrato que contenha arrendamento, reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa implícita no contrato ou, quando não prontamente determinável, pela taxa incremental de financiamento da Companhia. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo e depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo, o que for menor. O passivo de arrendamento é subsequentemente atualizado pelo acréscimo de juros, reconhecidos pelo método da taxa efetiva, e reduzido pelos pagamentos efetuados. A Companhia não reconhece ativos e passivos para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, cujos pagamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo contratual. **3.5. Provisões gerais:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são constituídas em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando: (i) existe obrigação presente resultante de evento passado; e (ii) é provável a saída de recursos para liquidação da obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa da Administração, com base na avaliação individual dos processos e no parecer de assessores jurídicos externos. As demandas classificadas como de perda possível são divulgadas em nota explicativa, sem constituição de provisão, enquanto aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias ou novas informações disponíveis. **Provisão para garantia:** As garantias possuem características específicas de acordo com determinados itens de construção e são prestadas por períodos que variam até 5 anos após a conclusão da obra. Os cálculos são efetuados com base na análise dos custos incorridos comparados à produção total das obras com período de garantia encerrado. Dessa forma, foram definidos percentuais para cada setor e segmento de atuação da Companhia, aplicados sobre a produção total das obras concluídas e em andamento, como estimativa de gastos com reparos e manutenções a incorrer. **Provisão para contratos onerosos:** Um contrato é classificado como oneroso quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações contratuais excedem os benefícios econômicos esperados do contrato. Nesses casos, a Companhia reconhece imediatamente uma provisão correspondente à perda estimada, mensurada pelo menor valor entre o custo de cumprir o contrato e o custo de rescindi-lo, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Antes do reconhecimento da provisão, a Companhia avalia eventuais perdas por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados ao contrato. **3.6. Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (ou prejuízo) atribuível aos acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro diluído por ação é apurado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas e da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação pelos efeitos de todos os instrumentos com potencial efeito diluidor, tais como opções de ações, bônus de subscrição ou instrumentos conversíveis, quando aplicável. Instrumentos com efeito antidiluidivo não são considerados no cálculo do lucro diluído por ação. Na ausência de instrumentos com potencial efeito diluidor, o lucro básico e o lucro diluído por ação são idênticos. **3.7. Consórcios:** A Companhia participa de consórcios constituídos para a execução conjunta de contratos de construção, nos termos da legislação aplicável. De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações são classificadas como operações em conjunto, uma vez que a Companhia possui direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados aos empreendimentos. Nessa condição, a Companhia reconhece, linha a linha, em suas demonstrações financeiras: • sua parcela nos ativos; • sua parcela nos passivos; • suas receitas; e • seus custos e despesas incorridos conjuntamente, na proporção de sua participação contratual em cada consórcio. A Administração avalia periodicamente a existência de obrigações adicionais ou riscos contingentes relacionados aos consórcios, reconhecendo provisões quando aplicável, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Companhia participa em dois consórcios: • Consórcio AEROGU, uma obra de implantação de transporte de passageiros em via elevada no Aeroporto de Guarulhos, conectando a estações da CPTM ao TPS 03, tendo como parceiras as Companhias FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.; Aerom Sistemas de Transporte S.A.; TS Infraestrutura e Engenharia S.A.; com 25% de participação cada uma. • Consórcio PIATEC-HTB SUAPE - QUAY-BUILDING, composto por dois projetos, sendo 1) empreendimento - Projeto QUAY, compreende a construção da estrutura do cais e acessórios, e a dragagem do berço de atracação; e 2)

Demonstrações de Resultados			
	Nota	2025	2024
Receita de contratos de construções	21	487.006	858.680
Custos de contratos de construções	22	(407.081)	(719.836)
Lucro bruto		79.925	138.844
Outras receitas(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais		(87.128)	(105.889)
Outras receitas não operacionais	23	264	649
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(6.939)	33.604
Receitas financeiras	24	22.499	13.324
Despesas financeiras	24	(1.679)	(1.211)
Resultado financeiro líquido		20.820	12.113
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social		13.882	45.717
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7b	(5.260)	(10.278)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		1.520	(1.801)
Lucro líquido do exercício		10.142	33.639
Lucro líquido por ação			
Básico e diluído (em Reais - R\$)		107,1909	355,54790

Demonstrações de Resultados Abrangentes		
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.142	33.639
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	10.142	33.639

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	13.882	45.717
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.882	45.717
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades sem geração de caixa		
Depreciações e amortizações	5.170	5.515
AVP e remensuração contratual sobre arrendamento	1.649	(507)
Baixa de ativo imobilizado	758	430
Provisão para garantia	314	(102)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	1.071	17.244
Provisão para custo a incorrer e contratos onerosos	82.968	8.267
Provisão perda por impairment	-	230
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	309	802
Provisão para perdas de créditos esperadas	(7.558)	10.635
Lucro líquido do exercício ajustados	98.563	88.231
(Aumento)/ redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	40.989	(26.673)
Impostos a recuperar	(8.184)	801
Outros créditos	(5.048)	(833)
Depósitos judiciais	241	117
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores e subempreiteiros	931	13.235
Adiantamentos de clientes	96.816	(80.295)
Obrigações trabalhistas e sociais	(9.926)	14.924
Impostos e contribuições a recolher	(4.180)	1.304
Provisões gerais	(74.669)	(38.467)
Obrigações com consórcios	(52)	(269)
Outras contas a pagar	(25.198)	27.026
Caixa proveniente das atividades das operações	110.282	(899)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.260)	(7.902)
Caixa proveniente das atividades operacionais	105.022	(8.800)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.099)	(13.260)
Aumento (redução) das aplicações vinculadas	-	58.855
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(1.099)	45.595
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(5.000)	-
Crédito com partes relacionadas	(36.787)	(3.318)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	1.750
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(309)	(802)
Dividendos pagos	(31.957)	(43.579)
Redução de capital	-	(16.844)
Pagamento de contratos de arrendamentos	(5.179)	9.131
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(79.232)	(53.662)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	24.692	(16.867)
No início do exercício	83.271	100.138
No final do exercício	107.963	83.271
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	24.692	(16.867)

Projeto Buildings, compreende os projetos de construção e de remodelação/reconstrução de edifícios, com 40% e 60% de participação em cada projeto. **3.8. Benefícios a diretores e funcionários:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. • Previdência privada: a Companhia não mantém planos de previdência privada aos seus empregados. • Participação nos resultados: a Companhia possui programa de participação nos resultados conforme acordo coletivo com o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil São Paulo. • Outros benefícios: são concedidos aos funcionários, tais como: auxílio-médico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, treinamentos entre outros. **3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ganhos nas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos e leasing, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. (i) **Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. (ii) **Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido decorrente de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e ii) que não afetem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11. Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece seus ativos e passivos financeiros em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, bem como atende aos requisitos de divulgação do CPC 40 (R1). Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como: (i) mensurados ao custo amortizado ou (ii) ao valor justo por meio do resultado (VJR), com base no modelo de negócios adotado e no teste SPPI (pagamentos exclusivamente de principal e juros). Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, exceto quando classificados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, adotando, para contas a receber de clientes, a abordagem simplificada, com reconhecimento de perda esperada para a vida inteira do instrumento, considerando histórico de inadimplência e informações prospectivas razoáveis e suportáveis. O valor justo é determinado conforme a hierarquia prevista no CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, sendo que, para instrumentos de curto prazo, o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. A gestão de riscos financeiros compreende os riscos de crédito, liquidez e mercado, sendo a exposição principal relacionada à variação do CDI sobre aplicações financeiras. A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. **3.12. Redução ao valor recuperável (impairment):** A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se há indícios de que ativos não financeiros possam estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável, conforme o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável é determinado como o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso, este último calculado com base em fluxos





HTB Engenharia e Construção S.A.

CNPJ nº 61.037.537/0001-10

Uma empresa do Grupo HTB

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

8. OUTROS CRÉDITOS

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	45	8.008
Adiantamento a fornecedores - consórcio (a)	3.945	4.840
Despesas antecipadas	881	820
Contratos de aluguel	447	527
Valores a reembolsar de clientes (b)	-	1.564
Seguros a apropriar	1.375	1.879
Conta corrente com consórcios (c)	11.411	3.054
Créditos com empregados	340	485
Outros contas a receber	7.781	-
Total	26.225	21.177

(a) Substancialmente representado por adiantamentos realizados a fornecedores de bens e serviços no Consórcio Aerogru. (b) Valores a receber dos consórcios FBS HTB (GRU), Porto de Itaquí - HTBP e Ferrovia Rumo - HTBS. (c) Os saldos de conta corrente dos consórcios estão representados pelo direito de recebimento com base nos lucros acumulados dos consórcios que serão distribuídos no encerramento.

9. PARTES RELACIONADAS

A Empresa mantém transações com partes relacionadas, substancialmente relacionadas a serviços compartilhados e repasses de gastos comuns, realizadas em condições pactuadas entre as partes e compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Os saldos a receber e a pagar junto às partes relacionadas estão classificados no ativo e passivo circulante, conforme expectativa de liquidação no curto prazo. Tais saldos não estão sujeitos a atualização monetária relevante e não possuem garantias associadas. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	2025	2024
Transações efetuadas com partes relacionadas	Ativo circulante	Ativo não circulante
Empréstimo concedido - SAPOTEC Sul Soluções Ambientais	-	1.055
Serviços compartilhados HTB Construções Ltda.	8.020	-
Serviços compartilhados Construtora Tedesco	539	-
Adiantamento sociedade controladora (a)	45.465	-
Total	54.024	1.055

(a) Refere-se ao adiantamento concedido ao acionista HTB Participações Ltda., formalizado por meio de instrumento contratual específico, com previsão de liquidação ou compensação até 31 de dezembro de 2026. A operação foi realizada em condições pactuadas entre as partes e classificadas como ativo circulante, considerando a expectativa de realização no curto prazo. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade do saldo, não tendo sido identificada necessidade de constituição de provisão para perdas na data-base das demonstrações financeiras.

	2025	2024
Transações efetuadas com partes relacionadas	Ativo circulante	Ativo não circulante
Empréstimo concedido - SAPOTEC Sul Soluções Ambientais	-	1.055
Serviços compartilhados HTB Construções Ltda.	14.575	-
Serviços compartilhados Construtora Tedesco	2.662	-
Total	17.237	1.055

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Venda participação Consórcio Aerogru (a)	3.252	3.252
Total	3.252	3.252

(a) Refere-se à alienação da totalidade da participação de 25% anteriormente detida pela Companhia no Consórcio Aerogru, ocorrida após a conclusão da primeira fase do projeto, conforme previsto contratualmente. O preço da operação está sujeito à atualização monetária mensal com base no IPCA, desde a data de assinatura do contrato até a conclusão formal da referida fase. Entretanto, a atualização monetária não foi integralmente reconhecida nas demonstrações financeiras, em razão de pendências contratuais relacionadas à apuração definitiva dos valores devidos. O reconhecimento de eventual receita adicional ou atualização monetária está condicionado à definição final e à mensuração confiável do montante a ser recebido, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

11. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	Taxa anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 2025	Valor Líquido 2024
Terrenos	-	20	-	20	20
Edifícios	4	5.829	(5.064)	765	1.301
Máquinas e equipamentos	10	24	(19)	5	8
Móveis e utensílios	10	1.855	(1.408)	447	370
Equipamentos de informática	20	4.425	(2.818)	1.607	2.032
Arrendamentos - Direito de uso	25	28.992	(19.740)	9.252	13.190
Bens Consórcios	20	313	-	313	313
Total		41.458	(29.049)	12.409	17.234

Movimentação do custo e da depreciação:

	2025	2024
Custo	31/12/2024	31/12/2025
Terrenos	20	20
Edifícios	5.816	5.829
Máquinas e equipamentos	24	24
Móveis e utensílios	1.655	232
Equipamentos de informática	5.250	301
Arrendamentos - Direito de uso	28.439	553
Bens Consórcios	313	-
Total	41.517	1.099
Depreciação	01/01/2025	01/01/2025
Edifícios	(4.515)	(549)
Máquinas e equipamentos	(16)	(3)
Móveis e utensílios	(1.284)	(124)
Equipamentos de informática	(3.218)	(-3)
Arrendamentos - Direito de uso	(15.250)	(4.491)
Total	(24.283)	(5.170)
Saldo líquido	17.234	(4.071)
Custo	01/01/2024	31/12/2024
Terrenos	20	20
Edifícios	5.816	5.816
Máquinas e equipamentos	37	37
Móveis e utensílios	1.584	70
Equipamentos de informática	5.251	(1)
Arrendamentos - Direito de uso	15.249	13.190
Bens Consórcios	729	(416)
Total	28.686	13.260
Depreciação	01/01/2024	31/12/2024
Edifícios	(3.967)	(548)
Máquinas e equipamentos	(27)	(2)
Móveis e utensílios	(1.143)	(128)
Equipamentos de informática	(2.948)	(270)
Arrendamentos - Direito de uso	(10.682)	(4.567)
Total	(18.767)	(5.515)
Saldo líquido	9.919	7.745

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Modalidade	Vencimento	Juros	2025	2024
Banco ABC	Capital de giro	28/05/2025	Tx 5,02% + CDI	-	3.250
Banco ABC	Capital de giro	18/06/2025	Tx 5,02% + CDI	-	1.750
Saldo				-	5.000

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 refere-se a empréstimo contraído pelo Consórcio Aerogru, no qual a Companhia detém 25% de participação. Nos termos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a Companhia reconhece, em suas demonstrações financeiras, sua participação proporcional nos ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio. Em 31 de dezembro de 2025, o referido empréstimo encontrava-se integralmente liquidado, não havendo saldo em aberto (R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2024). Os contratos de financiamento não contêm cláusulas restritivas financeiras ("covenants") relacionadas a índices econômico-financeiros. A Companhia manteve-se adimplente com todas as obrigações contratuais até a data da liquidação, não tendo ocorrido descumprimento contratual ou vencimento antecipado. A Administração monitora continuamente sua posição de liquidez e estrutura de capital, mantendo níveis de caixa compatíveis com suas obrigações financeiras.

Movimentação dos saldos:

	2025	2024
No início do exercício	5.000	3.250
Novos contratos de empréstimos	-	1.750
Juros e encargos provisionados	309	-
Pagamentos efetuados	(5.000)	(309)
Principal	(5.000)	-
Juros pagos	(309)	-
Total	-	5.000

13. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS

	2025	2024
Retenções contratual de fornecedores	3.516	2.515
Fornecedores materiais / subempreiteiros	24.498	25.009
Retenções de encargos sociais	581	140
Total	28.595	27.664

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	2025	2024
Bento - Fundação Renova	-	7.293
Consórcio Piaterc HTB- Suape Quays-Building	3.017	25.071
Consórcio Aerogru - Concessionária do Aeroporto de Guarulhos	561	2.470
Aena - Aeroporto Congonhas	128.073	-
Total	131.651	34.834

Adiantamento decorrente da aplicação do POC

Adiantamento financeiro para execução/início de obras

Os valores registrados em adiantamento de clientes representam contraprestações recebidas antecipadamente no âmbito de contratos de construção, classificadas como passivos contratuais, nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Os adiantamentos decorrentes da aplicação do método da porcentagem de conclusão (POC) referem-se a valores faturados ou recebidos antecipadamente em relação ao estágio físico de execução das obras, sendo apropriados à receita à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas. Os adiantamentos financeiros para execução e início de obras correspondem, substancialmente, a valores recebidos para mobilização e aquisição de insumos iniciais dos contratos, sendo apropriados ao resultado conforme a execução contratual. O aumento relevante observado em 2025 decorre, principalmente, do início do contrato firmado com a Aena - Aeroporto de Congonhas, cujo cronograma financeiro prevê desembolsos antecipados em relação ao avanço físico da obra. A Administração estima que parcela substancial desses valores será apropriada à receita ao longo do exercício de 2026, conforme evolução dos respectivos contratos.

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2025	2024
ISS S/ faturamento	284	118
PIS a recolher	86	524
COFINS a recolher	396	2.423
Contribuição previdenciária a recolher	463	273
ISS S/ serviços terceiros a recolher	170	97
INSS terceiros a recolher	207	175
PIS, COFINS, CSLL S/ terceiros a recolher	141	44
IRRF S/ terceiros a recolher	45	28
IRRF S/ folha de pagamento	2.485	2.399
Provisão para contribuição social	-	822
Provisão para Imposto de Renda PJ	-	1.554
Total	4.277	8.457

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	2025	2024
Provisão de férias	8.339	10.058
Aviso prévio	4.112	5.978
Participações nos lucros a pagar	11.380	17.889
Encargos sociais e benefícios	2.526	2.358
Total	26.357	36.283

17. PROVISÕES GERAIS

Com base na análise individual dos processos trabalhistas, cíveis e tributários, bem como na avaliação das obrigações decorrentes de garantias contratuais, contratos classificados como onerosos e estimativas de custos a incorrer relacionados a obrigações já assumidas, e considerando a opinião de seus consultores jurídicos e engenheiros quanto ao estágio e ao risco associado às respectivas demandas, a Administração constituiu provisões para fazer frente às perdas e aos desembolsos estimados considerados prováveis. Com base na análise individual dos processos trabalhistas, cíveis, tributários e tendo como suporte a opinião dos consultores jurídicos da Companhia quanto ao andamento dos referidos processos, a Administração constituiu provisão para cobertura de prováveis perdas estimadas nos processos judiciais, líquidas dos depósitos judiciais relacionados, bem como são apresentadas as provisões com garantia e contratos onerosos, conforme quadro abaixo:

Movimentação em 2025:	Provisão para garantias	Contratos onerosos/Custo a incorrer	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis e trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro 2024	8.438	40.647	3.012	3.012	52.097
Adições no exercício	1.474	104.242	2.461	2.461	108.177
Reversões do exercício	(1.157)	(21.274)	(1.390)	(1.390)	(23.821)
Realizações no exercício	(123)	(74.434)	(112)	(112)	(74.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.632	49.181	3.971	3.971	61.674
Circulante	2.206	49.181	-	-	51.387
Não circulante	6.426	-	3.971	3.971	10.397

Movimentação em 2024:

Saldos em 31 de dezembro 2023

Adições no exercício

Reversões do exercício

Realizações no exercício

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Circulante

Não circulante

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, cujo montante envolvido totaliza aproximadamente R\$ 8.781 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.132 em 31 de dezembro de 2024). Com base na avaliação da Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda desses processos foi classificada como possível, razão pela qual não houve reconhecimento de provisão, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a tais demandas no montante de R\$ 1.683 em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$ 618 referentes a processos trabalhistas e R\$ 1.065 a processos tributários (R\$ 1.923 em 31 de dezembro de 2024, dos quais R\$ 858 trabalhistas e R\$ 1.065 tributários).

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Taxa média de juros efetiva (a.a)	2025	2024
Arrendamento a pagar	9,91%	13.190	4.566
Pagamentos realizados	-	(5.179)	(5.073)
AVP	-	1.098	507
Remensuração contratual	-	551	13.190
Total		9.660	13.190
Circulante		4.613	3.988
Não circulante		5.047	9.202

A seguir apresentamos a composição do endividamento por vencimento:

	2025	2027	Total
Arrendamento a pagar	4.613	5.047	9.660

Os passivos de arrendamento referem-se substancialmente a contratos de locação de imóveis utilizados como escritórios administrativos e instalações operacionais, bem como equipamentos empregados nas atividades da Companhia. Os contratos possuem prazos remanescentes entre 1 e 2 anos e não contêm cláusulas de restrição financeira (covenants) ou garantias adicionais relevantes. A taxa média de desconto aplicada corresponde à taxa incremental de financiamento da Companhia na data de início ou remensuração dos contratos, refletindo as condições de mercado e o prazo estimado das operações. As remensurações contratuais registradas referem-se, substancialmente, à revisão de prazos contratuais e atualização de valores indexados, conforme previsto nos respectivos contratos.

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Processos judiciais a pagar	-	26.893
Contas a pagar diversas	2.020	325
Total	2.020	27.218

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 como processos judiciais a pagar referia-se substancialmente a obrigações decorrentes de processos judiciais cuja perda foi reconhecida no exercício anterior, após decisão definitiva ou formalização de acordo entre as partes. Em razão da definição final do montante devido, tais valores deixaram de atender ao conceito de provisão, passando a representar obrigação certa e exigível, classificada em contas a pagar. No exercício de 2025, tais obrigações foram substancialmente liquidadas, não havendo saldo remanescente na data-base. As contas a pagar diversas correspondem, principalmente, a obrigações operacionais correntes, sem incidência de encargos financeiros relevantes e com expectativa de liquidação no curto prazo.

de caixa futuros estimados descontados a valor presente. Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por impairment no resultado do exercício. A redução ao valor recuperável de ativos financeiros é reconhecida conforme o modelo de perdas esperadas de crédito previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo adotada a abordagem simplificada para contas a receber de clientes. A determinação do valor recuperável envolve julgamentos relevantes da Administração, especialmente quanto às projeções de fluxos de caixa e às premissas utilizadas nas estimativas. Durante os exercícios de 2025 e 2024, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.13. Políticas contábeis ainda não adotadas: As seguintes normas e alterações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e incorporadas ao arcabouço das IFRS/CPC, com vigência para períodos anuais iniciados após 31 de dezembro de 2025, e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. (i) **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Vigência: exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026:** As alterações esclarecem aspectos relacionados à data de reconhecimento e desconhecimento de ativos e passivos financeiros, incluindo exceções específicas para liquidação por sistemas eletrônicos de transferência de valores, bem como introduzem divulgações adicionais para instrumentos com características contratuais contingentes, inclusive cláusulas vinculadas a metas ESG. A Administração está avaliando os impactos potenciais dessas alterações, não sendo esperado, até o momento, efeito material nas demonstrações financeiras. (ii) **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Vigência: exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027:** A IFRS 18 substituirá a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, introduzindo novos requisitos relacionados à estrutura da demonstração do resultado, à divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, aos princípios de agregação e desagregação de informações e a ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa. A norma não altera critérios de reconhecimento ou mensuração, mas poderá impactar a forma de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. A Administração encontra-se em fase preliminar de avaliação dos impactos decorrentes de sua adoção. **Avaliação geral:** Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avaliou que as alterações com vigência em 2026 não deverão produzir impactos materiais nos saldos reconhecidos. A IFRS 18 poderá gerar alterações relevantes na apresentação das demonstrações financeiras a partir de sua adoção. Nenhuma dessas normas foi adotada antecipadamente. No Brasil, a aplicação efetiva dependerá da homologação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelos órgãos reguladores competentes, quando aplicável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e bancos	2.402	1.760
Aplicações financeiras	105.561	81.511
Total	107.963	83.271

A abertura dos saldos de aplicações financeiras segregado em cada instituição financeira é demonstrado a seguir:

	2025	2024
Banco Safra S. A	3.132	19.000
XP investimentos	99.884	-
Banco Itaú S. A	2.001	6.002
Banco Daycoval	-	25.254
Banco Santander (Consórcio Aerogru)	432	390
Banco Itaú S. A (Consórcio Suape)	112	21.848
Banco ABC	-	9.017
Total	105.561	81.511

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação do CDI. Tais aplicações possuem liquidez imediata, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, sendo, portanto, classificadas como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER

	2025	2024
Contas a receber	22.629	22.315
Faturas a receber	22.629	22.315
Retenção contratual	2.345	



HTB Engenharia e Construção S.A.

CNPJ nº 61.037.537/0001-10

Uma empresa do Grupo HTB



20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social, no montante de R\$ 49.799 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pertence aos acionistas residentes no país, e é composto de 49.799 ações ordinárias nominativas.

	2025 e 2024		
	Quantidade de ações	% de participação	Capital Social
HTB Participações Ltda.	94.611	99,99%	49.798
Detlef Dralle	1	0,01%	1
Total	94.612	100%	49.799

b. Distribuição de dividendos: Nos termos do Estatuto Social e do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após as destinações previstas em lei, incluindo a constituição da reserva legal. A destinação do lucro foi calculada conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	10.142	33.639
(-) Reserva de lucro - 5%	(507)	(1.682)
(=) Base para o dividendo mínimo obrigatório - 25%	9.635	31.957
Dividendo mínimo obrigatório 25%	(2.409)	(7.989)

Em abril de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos à acionista HTB Participações Ltda., no montante total de R\$ 31.956, correspondente ao lucro do exercício de 2024, sendo R\$ 7.989 a título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 23.967 a título de dividendos adicionais. Os valores foram devidamente aprovados em assembleia e integralmente pagos no exercício de 2025. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até que seu saldo atinja o limite de 20% do capital social. Nos termos do § 1º do referido artigo, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

d. Resultado por ação:

	2025	2024
Lucro líquido aos acionistas da Companhia (R\$)	10.141.551	33.639.106
Quantidade média de ações ordinárias em circulação	94.612	94.612
Lucro básico por ação - R\$	107,1909	355,5469

O lucro básico por ação foi calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, em conformidade com o CPC 41 - Resultado por Ação. A Companhia não possui instrumentos com potencial efeito diluidor. Dessa forma, o lucro básico por ação é idêntico ao lucro diluído por ação nos exercícios apresentados.

21. RECEITA DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES

	2025	2024
Receita bruta de contratos de construção e serviços	521.914	890.793
Impostos sobre vendas	(34.908)	(32.113)
Total	487.006	858.680

No exercício de 2025, foi registrada redução em suas receitas, custos e despesas operacionais. Essa variação decorre, principalmente, do término de significativa parte das obras que estavam em execução durante o exercício de 2024. A conclusão desses contratos impactou diretamente o volume de atividades, refletindo na diminuição do movimento econômico no período. A receita líquida está apresentada pela receita bruta derivada das prestações de serviços, deduzida dos impostos.

Aos Acionistas e Administradores da **HTB Engenharia e Construção S.A.** São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **HTB Engenharia e Construção S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HTB Engenharia e Construção S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

22. CUSTOS DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES

	2025	2024
Prestadores de serviços	(127.371)	(457.076)
Pessoal	(128.616)	(163.379)
Materiais	(38.853)	(25.772)
Equipamentos	(44.974)	(13.146)
Gastos com viagens	(9.874)	(21.520)
Provisão para garantia	(1.474)	-
Provisão para perda	(260)	-
Provisão de custos a incorrer	(45.778)	(38.519)
Transportes	(7.322)	-
Seguros	(1.289)	-
Outros	(1.270)	(424)
Total	(407.081)	(719.836)

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2025	2024
Pessoal	(64.815)	(58.890)
Prestadores de serviços	(11.571)	(27.004)
Locação de imóveis	-	(28)
Depreciação e amortização	(5.912)	(6.354)
Despesas com viagens	(2.124)	(2.096)
Transporte	(864)	(182)
Seguros	(185)	(189)
Provisão para perda esperada de crédito	-	(10.059)
Outros	(1.657)	(1.087)
Total	(87.128)	(105.889)

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2025	2024
Receitas Financeiras	2025	2024
Rendimento com aplicações financeiras	19.301	13.036
Variação cambial ativa	21	23
Variação monetária ativa	3.167	254
Outros	10	11
Total	22.499	13.324
Despesas financeiras	2025	2024
Juros	(1.187)	(123)
Juros sobre empréstimo/IOF	(407)	(852)
Juros sobre arrendamento	-	(30)
Desconto concedido	(26)	(122)
Outras	(59)	(84)
Total	(1.679)	(1.211)
Resultado Financeiro	20.820	12.113

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém como principais instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, fornecedores e subempreiteiros, outras contas a pagar, obrigações com consórcios, dividendos a pagar e passivo de arrendamento. Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo substancialmente registrados ao custo amortiza-

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis uti-

lizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 02 de março de 2026.

Isabelly Salis Pereira - Contadora CRC 1SP-340.320/O-6
Marco Antonio Miranda Alves - Contador CRC 1SP-223.797/O-7
RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

26. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia contrata seguros em todas suas obras, garantindo a segurança e transparência na execução dos serviços prestados. Adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

27. REFORMA TRIBUTÁRIA

A Emenda Constitucional nº 132 instituiu a reforma da tributação sobre o consumo no Brasil, prevendo a substituição gradual do PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A implementação ocorrerá de forma progressiva entre 2026 e 2033, período em que o sistema atual coexistirá com o novo modelo. Para a atividade de construção civil, os principais efeitos potenciais envolvem: ► Alterações na sistemática de incidência sobre receitas de contratos de construção; ► Mudanças no aproveitamento de créditos tributários; ► Possíveis impactos na formação de preços e margens contratuais; ► Necessidade de adequações contratuais e operacionais. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a regulamentação complementar necessária à plena aplicação do novo sistema não estava integralmente aprovada, não sendo possível mensurar, com confiabilidade, eventuais impactos quantitativos nas demonstrações financeiras. A Administração acompanha a evolução da legislação e avaliará os reflexos contábeis à medida que a regulamentação seja substancialmente aprovada.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia avaliou os eventos ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, em conformidade com o CPC 24 - Evento Subsequente. Foram considerados, para fins de ajuste, os eventos subsequentes que evidenciam condições existentes na data do balanço. Eventos que indicam condições surgidas após essa data foram avaliados quanto à necessidade de divulgação. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração não identificou a ocorrência de eventos subsequentes relevantes que demandassem ajustes nos saldos apresentados ou divulgação adicional.

Diretoria

Detlef Dralle - Diretor Presidente

Contador

Claudinei Fontes Pereira - CRC 1SP151352/O-2

